O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 **Fone:** 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 **Fone:** 4555-5500
Metalurgicos.SA.MA
www.metalurgicosantoandre.org.br
Edição 1024 | 23 de janeiro de 2019

Em 2019 vamos reforçar a unidade pelos nossos direitos

Paranapanema

Magneti Marelli

Maxion

Ferkoda

Tupy

Federal Mogul

Hydro Extrusion

Sindicato comemorou no dia 23 de setembro de 2018 seus 85 anos de fundação no entorno do Monumento ao Trabalhador, que doara a Santo André em 2013

Foto: Rossini Handley

Cícero Martinha na cerimônia em que recebeu a homenagem; ao fundo, vereador Claudinho Monteiro, vereador João Mineiro, prefeito Gabriel Maranhão, deputado federal Paulinho da Força e ex-prefeito Ramon Velasquez

Rio Grande da Serra homenageia Cícero Martinha

No dia 19 de dezembro, Cícero Martinha recebeu o título de Cidadão de Rio Grande da Serra na Câmara Municipal.

Página 8

Garantir direitos com nossa unidade

O ano de 2019 começou com a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e a extinção do Ministério do Trabalho aos 88 anos de existência. As medidas que afetam diretamente os trabalhadores vão muito além. A começar pela reforma da Previdência, cujo projeto deve chegar ao Congresso Nacional no início de fevereiro. Tem ainda a política de reajuste do salário mínimo, que precisa ser definida em abril; propostas que ameaçam precarizar mais ainda as relações trabalhistas; ameaça de extinção da Justiça do Trabalho etc.

Desde a eleição de Jair Bolsonaro em outubro, a reforma da Previdência foi eleita como prioridade máxima pelo novo governo. E, se não houver a unidade da classe trabalhadora na luta, mais uma vez a conta só vai sobrar para os trabalhadores do setor privado. Com 32 militares na ativa ou na reserva ocupando um cargo no novo governo, eles já estão pressionando o ministro da Economia, Paulo Guedes, para ficar fora da reforma. Ou seja, já há um forte lobby não só dos militares em Brasília para que a reforma não acabe com os privilégios.

Por que os privilégios têm de ser atacados

Os dados abaixo mostram por que não aceitamos uma reforma que não mexa nos privilégios:

Rombo previdenciário por setor

Categoria	Nº beneficiários	Déficit (R$)
Militares	381 mil	43,3 bilhões
Serv. federais	737 mil	44,3 bilhões
Benef. INSS	27,7 milhões	218 bilhões

Basta fazer uma simples conta de divisão para constatar as disparidades gritantes existentes entre os diferentes sistemas previdenciários.

Com rombo de R$ 43,3 bilhões e cerca de 381.000 militares inativos, o déficit per capita anual chega a R$ 113.648,00. No caso dos servidores públicos federais, a mesma conta (R$ 44,3 bilhões divididos por 737.000) resulta em rombo per capita de R$ 60.108,00.

Agora, no caso dos beneficiários do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), a diferença é absurda. Dividindo o rombo de R$ 218 bilhões por 27,2 milhões de beneficiários, o déficit previdenciário per capita anual é de R$ 7.870,00. Ou seja, o déficit per capita do beneficiário do INSS é 14,4 vezes menor que o dos militares e 7,63 vezes menor que o dos servidores públicos federais.

O governo dá ênfase ao déficit do INSS (setor privado) para justificar a reforma previdenciária porque o valor é alto, mas omite que são quase 28 milhões de beneficiários abrangidos e que grande parte do rombo vem do setor rural. Foi assim no governo Temer e o mesmo pode ocorrer no governo Bolsonaro.

Valor médio de benefícios

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, a discrepância é enorme entre os benefícios pagos a aposentados e pensionistas do setor privado e aos do setor público. Mesmo entre os servidores, há imensa diferença entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Confira:

- **Aposentadoria por idade (RGPS):** R$ 1.500,00
- **Aposentadoria por tempo de contribuição (RGPS):** R$ 3.000,00
- **Aposentadoria de servidores do Executivo:** R$ 8.500,00
- **Pensão paga pelo Executivo:** R$ 5.200,00
- **Aposentadoria no Judiciário:** R$ 18.000,00
- **Aposentadoria no Legislativo:** R$ 26.800

Outros pontos que ameaçam direitos dos trabalhadores

- **Precarização da relação trabalhista:** ainda candidato a presidente da República, Jair Bolsonaro defendeu a proposta de se criar a carteira profissional verde e amarela, garantindo aos trabalhadores apenas os direitos constitucionais. A ideia é precarizar as relações trabalhistas além do estrago já provocado pela reforma trabalhista que entrou em vigor no governo Temer.
- **PEC 300/2016:** de autoria do deputado federal reeleito Mauro Lopes (MDB-MG), essa proposta de emenda constitucional, que precariza mais ainda a relação do trabalho, acaba de receber parecer favorável do relator, e o próximo passo é a votação na Comissão de Constituição e Justiça. Entre outros itens a PEC institui jornada diária de até 10 horas; redução do aviso prévio de até 90 dias para 30 dias, e redução do prazo para o trabalhador entrar com processo na Justiça do Trabalho de dois anos para apenas três meses após a extinção do contrato de trabalho.
- **Abono salarial do PIS:** criado por meio da lei 7.998/1990, o abono salarial do PIS é outro direito do trabalhador sob ameaça. O benefício é uma espécie de 14º salário para os trabalhadores com carteira assinada e renda de até dois salários mínimos. Inicialmente, o benefício era de um salário mínimo, mas, a partir de 2016, houve o achatamento do valor que passou a ser proporcional aos meses trabalhados no ano-base. O estudo que recomenda a extinção do abono salarial foi feito durante a transição do governo Temer para o atual governo. A alegação é de que o programa não é eficaz para reduzir a desigualdade social. Segundo a Caixa Econômica Federal, o abono salarial 2018/2019, ano-base 2017 e que está sendo pago agora, beneficia 22,3 milhões de trabalhadores, liberando um total de R$ 16,3 bilhões até o dia 28 de junho. É esse contingente de trabalhadores que será prejudicado com a eventual mexida no abono do PIS.
- **Extinção da Justiça do Trabalho:** em entrevista ao SBT no dia 3 de janeiro, o presidente Jair Bolsonaro disse que há “excesso de proteção” ao trabalhador na Justiça do Trabalho e que a Justiça comum deveria tratar das ações trabalhistas. Nesta segunda, dia 21, houve protestos em todo o país contra o fim da Justiça do Trabalho.

Centrais convocam plenária em defesa da aposentadoria e da Previdência para 20 de fevereiro

As centrais sindicais (Força Sindical, CUT, CTB, Intersindical, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas e CSB) vão realizar no dia 20 de fevereiro uma plenária nacional quando serão definidos o calendário de luta e as ações em defesa da aposentadoria pública e da Previdência Social. Até lá o governo Bolsonaro já deve ter enviado ao Congresso Nacional sua proposta de reforma sem ouvir a classe trabalhadora.

Logo após a posse do presidente Jair Bolsonaro, as centrais sindicais enviaram uma carta a ele para tentar abrir um canal de comunicação, mas até o momento não teve resposta. "Preocupa-nos sobremaneira o destino da política de valorização do salário mínimo, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Seguro Desemprego, do Abono Salarial, das políticas de intermediação de mão de obra e de qualificação profissional, tão fundamentais neste momento de crise econômica", diz trecho da carta.

"Esperamos que todas as medidas que atinjam os trabalhadores passem por um amplo processo de discussão e negociação e reiteramos que a necessária defesa dos direitos dos trabalhadores é totalmente compatível com a construção de um país mais justo, democrático, moderno e desenvolvido", conclui o documento.

João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário geral da Força Sindical, critica que essa falta de interlocução com o governo federal é algo inédito. "Sempre fomos ouvidos", afirma.

Política de valorização do mínimo em risco

Ao contrário das expectativas, o salário mínimo não rompeu a barreira dos R$ 1.000,00. Mesmo com a volta do aumento real após dois anos, o mínimo foi fixado em R$ 998,00 a partir de 1º de janeiro, com reajuste total de 4,61% sobre o valor anterior de R$ 954,00. O índice embute o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 2018 e aumento real de 1,1%, que é o PIB (Produto Interno Bruto) de 2017. Em 2017 e 2018, o salário mínimo não teve aumento real porque em 2015 e 2016 o PIB brasileiro foi negativo.

Resultado de uma negociação entre as centrais sindicais e o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em fins de 2006, a política que garante aumento real ao salário mínimo pode estar com os dias contados. Desde 2011, essa política vem sendo renovada a cada quatro anos. Portanto, para continuar valendo, o Congresso Nacional precisa aprovar uma nova lei.

Ocorre que, até agora, o governo Bolsonaro não se posicionou claramente sobre o assunto, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que quer travar as correções automáticas ou indexadas. Para ele, o problema é que o salário mínimo está atrelado a vários pagamentos e obrigações do governo federal, incluindo os benefícios do INSS. E a justificativa é de que cada R$ 1,00 de aumento no mínimo produz um gasto extra anual de R$ 300 milhões à Previdência Social.

Importância da valorização do mínimo

A política de valorização prevê a correção do mínimo pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano anterior, mais aumento real conforme variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Graças a essa política, o salário mínimo acumulou aumento real de 74,26% no período de 2004 a 2019 (veja tabela), segundo dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Reajuste do Salário Mínimo 2005-2019

Período	Salário Mínimo (R$)	Reajuste Nominal (%)	INPC-IBGE (%)	Aumento Real (%)
mai/04	260,00	-	-	-
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
jan/18	954,00	1,81	2,16	-0,25
jan/19(*)	998,00	4,61	3,48	1,10
Total período	**-**	**283,85**	**120,27**	**74,26**

(*)estimativa Elaboração: DIEESE

Com muito diálogo e mobilização, houve avanços nas negociações da PLR

Negociações exaustivas marcaram os acordos da PLR em 2018. No fim das contas, a aposta do Sindicato na unidade no Chão de Fábrica e no diálogo com as empresas deu resultado positivo. No início deste mês de janeiro, teve o fechamento da PLR na Paranapanema, na Maxion e na Federal Mogul, e os trabalhadores já receberam a segunda parcela. Nas próximas edições, vamos publicar o fechamento da PLR-2018, com apuração das metas, em outras empresas.

Paranapanema: com a apuração das metas, o valor total da PLR-2018 ficou em R$ 7.177,13. Como a primeira parcela foi de R$ 3.800,00 a título de antecipação, os trabalhadores receberam no dia 18 de janeiro R$ 3.377,13. Adilson Torres, Sapão, secretário administrativo e financeiro, atribui o resultado à união do Sindicato, comissão e trabalhadores durante as negociações.

Maxion: a PLR-2018 na Maxion ficou um pouco acima das metas, após dois anos de dificuldade no fechamento, e o valor final atingiu R$ 6.045,00. Os trabalhadores já haviam recebido R$ 5.000,00 em julho de 2018, restando, portanto, a segunda parcela de R$ 1.045,00 que foi paga em 14 de janeiro. O diretor Manoel do Cavaco destaca que o processo de negociação da PLR-2019 já começou com os inscritos para a comissão que terá três membros.

Federal Mogul: a negociação à exaustão entre o Sindicato, a comissão e a empresa foi determinante no fechamento da PLR-2018. Conforme o acordo firmado no fim de maio, após a apuração das metas, o valor final da PLR ficou em R$ 4.850,00, e os trabalhadores já receberam a segunda parcela, de R$ 1.650,00, no dia 15 de janeiro. O diretor Aldo informa que o Sindicato vai enviar a pauta à empresa para iniciar o processo da PLR-2019.

Mobilização

Maxion

Trabal
cias

Paranapanema

Federal Mogul

Hydro

Ferkoda

Polimetri

Aumento real e renovação da convenção foram principais conquistas em 2018

Primeiro ano da reforma trabalhista, eleições presidenciais acirradas, quase 13 milhões de desempregados e a economia com um crescimento medíocre. Com tudo isso ocorrendo simultaneamente, a Campanha Salarial 2018 tinha tudo para ser extremamente complicado. E foi. Os patrões empurraram ao máximo as negociações. No fim das contas, tivemos uma importante vitória. Após três anos só com a reposição da inflação, em 2018 conquistamos um aumento real de quase 1% e a renovação da convenção coletiva do trabalho para a grande maioria dos metalúrgicos de Santo André e Mauá.

Nos grupos em que houve o acordo (veja os grupos no quadro), os trabalhadores tiveram reajuste salarial de 5% (inflação de 4% mais aumento real) no dia 1º de janeiro, além do abono de 10%. Os trabalhadores já devem ter recebido o vale até o dia 20 de janeiro com o salário reajustado. Onde não houve acordo, o Sindicato está negociando por empresa nas mesmas bases. Ou seja, reajuste de, no mínimo 5%, e renovação da convenção coletiva de trabalho.

Empresa não negociou? Procure o Sindicato. Se a empresa em que você trabalha não fez acordo ainda, procure imediatamente o Sindicato ou um de nossos dirigentes sindicais. Alertamos que a assinatura do acordo é muito importante para garantir os direitos previstos na convenção coletiva do trabalho da categoria.

Grupos com acordo

- Sindipeças
- Simefre-Sinafer
- Sicetel-Siescomet
- Sindratar
- Fundição
- Siniem-Estamparia
- Sindal
- Sindifupi
- Sindimaq/Sinaes

nas fábricas

hadores fazem denún-

Magneti Marelli

Tupy

Jardim

Foto: Rossini Handley

Al Puxadores

Scórpios

Benteler

| Magneti Marelli |

Sindicato cobra reintegração de trabalhadores e negociação de benefícios

Nos primeiros dias do ano, a Magneti Marelli surpreendeu a todos com demissão de trabalhadores sem uma prévia negociação com o Sindicato, o que é um fato inaceitável. Até agora a empresa não mostrou queda de produção para justificar tantas demissões. E não vamos aceitar em hipótese alguma sobrecarregar os trabalhadores, sem que a queda de produção seja comprovada pela empresa.

Após as demissões, o Sindicato protocolou uma pauta para reivindicar a imediata reintegração dos trabalhadores que se enquadram nas cláusulas 23 e 24 da convenção coletiva do trabalho, além da negociação de um pacote de benefícios para os demais companheiros demitidos. É nessas horas difíceis que temos de nos unir e pressionar os patrões que veem os trabalhadores apenas como meros números, não se importando que eles são também pais de família.

Vestiários. Desde que uma nova empresa foi contratada pela Marelli para cuidar da limpeza dos vestiários, aumentaram muito as reclamações sobre as péssimas condições de higiene e limpeza a que os trabalhadores são submetidos. Visivelmente, o número de funcionários que essa empresa coloca para a execução desse serviço é insuficiente, deixando os banheiros em condições subumanas. É inadmissível que tenha teia de aranha e sujeira em todos os cantos dos banheiros. O Sindicato exige que os trabalhadores sejam tratados com respeito e dignidade. Queremos uma solução imediata.

| Sete de Setembro |

Fechado acordo da PLR-2018

Foto: Rossini Handley

Diretores Nei, Cica e Andréia com os trabalhadores da Sete de Setembro

Em assembleia realizada no dia 14 de dezembro, os trabalhadores da Sete de Setembro aprovaram a proposta da PLR-2018, a ser paga em parcela única no dia 20 de março de 2019. Foi aprovada também a compensação dos dias-ponte deste ano, informa o diretor Cica.

| Formigari |

Trabalhadores fazem denúncias

Devido às várias denúncias que vem recebendo dos trabalhadores, o Sindicato enviou uma pauta à Formigari para discutir os seguintes assuntos: a forma como a chefia vem tratando os trabalhadores; as condições inadequadas a que os companheiros do abastecimento são submetidos, ficando sujeitos a doenças ocupacionais, pois precisam erguer caixas com peso acima do suportável; e o plano de cargos e salários. O diretor Geovane informa que, após se reunir com a empresa, o Sindicato vai fazer assembleia com os trabalhadores.

| AL Puxadores |

Aprovada compensação de dias-ponte

Os trabalhadores da AL Puxadores aprovaram a compensação do Carnaval e também de todos os dias-ponte de 2019, em assembleia realizada nesta terça, dia 22. O diretor Geovane destacou a importância de os companheiros e companheiras se sindicalizarem para fortalecer a luta.

Confira empresas que fecharam acordo em negociação com Sindicato

Braniva/Romafe: reajuste de 5% a partir 1º de janeiro e abono de 10% pago em duas parcelas nos dias 5/2 e 5/3. Assembleia realizada em 15 de janeiro.

JOOE Válvulas e Conexões: reajuste de 5% a partir de 1º de janeiro e abono de 15% pago nesta segunda, dia 21. Assembleia realizada em 15 de janeiro.

Waltermic: reajuste de 6% a partir de 1º de janeiro, conforme proposta aprovada em assembleia no dia 8 de janeiro.

Fullpox: reajuste de 7% a partir de 1º de dezembro, conforme proposta aprovada em assembleia realizada no dia 13 de dezembro.

Trefital: reajuste de 5% a partir de 1º de janeiro e abono de 10% já pago em 28 de dezembro. Assembleia em 17 de dezembro.

Outras empresas: Vizuri Equipamentos; Metaltezza Usinagem; Gravamaster Gravação Industrial Ltda; Designer Nova Estrutura; Becol Indústria de Máquinas; Galvanoplastia ABC; EHS Com. e Montagem de Cabos e Chicotes; Espaferro Espaçadores para Ferragens; Hidraumac ABC; General West Com. e Manutenção Industrial; Guilherme Frigati Pompeu; MKS Redutores Indústria e Comércio; Mecânica Diesel Zanata; ECS Vieira Auto Peças; JC Molas Indústria e Comércio; Prestec Serviços de Manutenção; Denberg Reforma Técnica de Máquinas; Max Tec Ind. e Manutenção Industrial; PRG Serviços em Pontes Rolantes; Lima Empreendimentos e Incorporadora.

Fullpox

Ações ajuizadas crescem após reforma

Em 2018, primeiro ano de vigência da reforma trabalhista (lei 13.467/2017), o número de novos processos ajuizados pelo Departamento Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá na Justiça do Trabalho cresceu 8% na comparação com o ano anterior, ao contrário dos números divulgados pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) que apontam uma queda de mais de 35% na média do país.

No ano passado, o Departamento Jurídico fez 1.451 atendimentos e entrou com 450 processos na Justiça do Trabalho, ante 417 em 2017. Já o montante repassado aos trabalhadores somou R$ 3.053.710,85. Todo esse dinheiro são direitos trabalhistas que os maus patrões deixaram de pagar, principalmente, na hora da demissão.

Com a reforma trabalhista, a redução de novas ações ocorreu em todo o país pelo temor do trabalhador de ter de pagar as custas processuais e honorários advocatícios, caso não consiga provar os pedidos feitos na ação judicial. Assim, ao trabalhador de baixa renda foi dificultado o acesso à Justiça do Trabalho, diminuindo, consequentemente, o número de ações.

A reforma não afetou em nada o procedimento adotado pelo nosso Jurídico,

pois os trabalhadores sempre são orientados adequadamente, entrando com ação na Justiça para requerer tudo que é devido a ele de direito, podendo, portanto, ser provado.

Companheiros e companheiras, em caso de dúvidas ou mais informações sobre seus direitos, procurem o Departamento Jurídico do seu Sindicato.

OAB cria Comissão de Direito Sindical em Santo André

Dr. Marcelo, coordenador técnico do Departamento Jurídico do Sindicato, presidirá a recém-criada Comissão de Direito Sindical da OAB Subseção de Santo André. Ele é conselheiro executivo na diretoria que acaba de tomar posse para o mandato no período de 2019/2021.

A nova comissão temática tem o objetivo de, entre outros, fomentar debates, realizar eventos, elaborar propostas e orientar os profissionais sobre temas relacionados ao direito trabalhista e sindical. Uma comissão específica para a área é oportuna, pois assunto é que não vai faltar, diante das mudanças que o governo Bolsonaro cogita implementar, a começar pela reforma da Previdência e mais medidas para precarizar as relações trabalhistas.

Teto da aposentadoria vai a R$ 5.839,45

As aposentadorias e pensões acima do salário mínimo foram reajustadas em 3,43% em 1º de janeiro, conforme portaria publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de janeiro. Com isso, o teto do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) passou a ser de R$ 5.839,45.

Os benefícios do INSS acima do salário mínimo são reajustados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano anterior. E o índice acumulado de 2018, de 3,43%, foi divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no dia 11 de janeiro.

Para quem passou a receber o benefício após janeiro de 2018, o índice do reajuste varia conforme o mês de concessão. Vale explicar que apenas aqueles que se aposentaram em novembro de 2018 não tiveram nenhuma correção, pois naquele mês o INPC ficou negativo em -0,25% e o índice de dezembro, de 0,14%, não foi o suficiente para cobrir esse negativo.

Confira os reajustes mês a mês:

Até **janeiro** de 2018: **3,43%**
Em **fevereiro** de 2018: **3,20%**
Em **março** de 2018: **3,01%**
Em **abril** de 2018: **2,94%**
Em **maio** de 2018: **2,72%**
Em **junho** de 2018: **2,28%**
Em **julho** de 2018: **0,84%**
Em **agosto** de 2018: **0,59%**
Em **setembro** de 2018: **0,59%**
Em **outubro** de 2018: **0,29%**
Em **novembro** de 2018: **0**
Em **dezembro** de 2018: **0,14%**

Rio Grande da Serra homenageia Cícero Martinha

Cícero Martinha, presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, recebeu o título de Cidadão de Rio Grande da Serra em cerimônia realizada no dia 19 de dezembro. A iniciativa partiu do vereador João Mineiro, então presidente da Câmara Municipal, em reconhecimento aos serviços prestados pelo homenageado à população como dirigente sindical e, recentemente, também como secretário estadual do Emprego e Relações do Trabalho.

Presente ao evento, o deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (SD-SP), destacou o trabalho desenvolvido por Cícero Martinha à frente da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, entre abril e dezembro de 2018, com a implementação de um amplo programa de qualificação profissional de jovens, inclusive em Rio Grande da Serra e em outras cidades do Grande ABC.

Foto: Rossini Handley

O homenageado Cícero Martinha (centro) entre autoridades, dirigentes sindicais e outros convidados

A capacidade de Cícero Martinha de liderança, de coordenação e de execução de projetos foi ressaltada também pelo prefeito de Rio Grande da Serra, Gabriel Maranhão, e demais oradores.

Além do deputado Paulinho da Força, do prefeito Maranhão e do vereador João Mineiro, participaram da cerimônia diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá e da Associação dos Aposentados; secretários e vereadores de Rio Grande da Serra; dirigentes sindicais da região do ABC, entre outros.

Diretores tomam posse no Conselho da Comunidade Negra

Manoel do Cavaco (2º à esquerda) e Pedro Paulo (3º) na posse do Conselho

Os diretores Pedro Paulo e Manoel do Cavaco (suplente) representam o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá no Comum (Conselho Municipal da Comunidade Negra) de Santo André, exercício 2018-2020. A posse foi no dia 7 de janeiro. O Conselho é formado por 16 membros, sendo oito eleitos pela sociedade civil e os demais representantes do poder público.

Crianças trazem alegria ao Sindicato no Natal Solidário

Foto: Rossini Handley

Diretores e funcionários do Sindicato com a garotada no Natal Solidário

O salão do Sindicato irradiava alegria contagiante no dia 15 dezembro, quando foi realizada a tradicional festa do Natal Solidário para crianças das comunidades da região. Como de praxe, teve o apadrinhamento para a entrega a cada criança de um kit contendo brinquedo, calçado e roupa. Eventos como esse renovam a nossa esperança por um futuro mais igual, com oportunidades.

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Presidente licenciado: Cícero Firmino (Martinha) **Presidente em exercício:** Osmar Cesar Fernandes **Jornalista responsável:** Marina Takiishi MTb 13.404 **Editoração Eletrônica:** Neusa Taeko